

SAÚDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA BAIXADA CUIABANA

Flávia Lorena Brito¹
Cristiano Apolucena Cabral²
Edson Caetano³

Resumo: Este artigo faz parte das pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE), que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). As reflexões aqui apresentadas partem do materialismo histórico e dialético enquanto método e de elementos da pesquisa participante. O objetivo do artigo é analisar e apresentar o potencial de valorização da saúde na produção ampliada da vida em comunidades tradicionais e a possibilidade da superação das explorações, expropriações, da inferiorização da mulher e da mercantilização

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) PPGE/UFMT. **E-mail:** flaviaauiiri@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1966-220X> **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/7301122684092609>

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialista em Sociologia e Educação pelo Instituto Aphonciano de Ensino Superior. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) PPGE/UFMT. **E-mail:** crisprelazia@yahoo.com.br **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3770-5648> **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/8968583181133770>

³ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Graduação em Ciências Sociais pela PUCAMP. Professor do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) PPGE/UFMT. **E-mail:** caetanoedson@hotmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9906-0692> **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/0586786960992214>

da doença, tão essenciais nas relações de produção capitalistas. Esta produção ampliada da vida se contrapõe aos imperativos da lógica do capital, os quais adoecem as pessoas e a natureza com a sua exploração, alienação e utilização de insumos químicos e agrotóxicos.

Palavras-chave: Saúde. Trabalho. Educação. Comunidades tradicionais.

HEALTH, WORK AND EDUCATION IN TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE BAIXADA CUIABANA

Abstract: This article is part of the research of the Study and Research Group on Work and Education (GEPTE), which is linked to the Graduate Education Program (PPGE) at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). The reflections presented here start from historical and dialectical materialism as a method and elements of participatory research. The objective of the article is to analyze and present the potential for valuing health in the expanded production of life in traditional communities and the possibility of overcoming the exploitations, expropriations, the inferiorization of women and the commodification of the disease, so essential in capitalist production relations. This expanded production of life is opposed to the imperatives of the logic of capital, which make people and nature sick with their exploration, alienation and use of chemical and pesticide inputs.

Keywords: Health. Work. Education. Traditional communities.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma breve discussão e análise acerca da importância da saúde na produção ampliada da vida nas comunidades tradicionais camponesas da baixada cuiabana, que engloba a produção associada, produção autogestio-

nada, produção agroecológica e produção de saberes. Tais temáticas fazem parte dos debates e estudos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade federal de Mato Grosso (UFMT). No GEPTE se discute e analisa como se efetiva a produção ampliada na vida entre povos e comunidades tradicionais - assentados, quilombolas e povos indígenas –percebidos em contraposição aos imperativos sociometabólicos do capital.

Nesta pesquisa, buscamos perceber, em uma comunidade tradicional camponesa da baixada cuiabana – Comunidade de São Manoel do Pari - a produção da existência e, a partir daí, como produzem/valorizam a saúde das pessoas e da natureza, percebendo a saúde nas relações de trabalho, as relações entre homens e mulheres e as relações entre pessoas e natureza. Desta maneira, conceitos como costumes, solidariedade, cooperação, coletividade, autonomia, autodeterminação, saberes tradicionais, saberes da experiência, cuidado e respeito entre homens, mulheres e natureza estão presentes nessa produção ampliada da vida.

Buscamos analisar como é possível produzir a existência de maneira saudável – numa percepção ampliada, que inclui não apenas alimentos saudáveis, mas também relações saudáveis. Como a participação de mulheres é bastante significativa, subvertendo a ordem produtiva e tomando, paulatinamente, seus espaços na produção associada, autogestionada e agroecológica; buscamos refletir também sobre as relações sociais de sexo. A partir da máxima “sem feminismo não há agroecologia, sem feminismo não há revolução”, buscamos demonstrar a desnaturalização da divisão sexual do trabalho e nos pautamos numa percepção de que novos modelos de

produção prescindem a luta feminista, posto que esta não ocorre de forma natural e automática. Nas comunidades tradicionais, percebemos a predominância do trabalho feminino nos espaços de reprodução dos saberes e na busca pela produção do alimento saudável. Predominantemente, são elas que guardam e reproduzem os saberes tradicionais das plantas medicinais.

Esta pesquisa utiliza o Materialismo Histórico e Dialético como método, a partir de onde observamos e analisamos a realidade concreta da produção ampliada da vida destes camponeses e camponesas das comunidades tradicionais, suas contradições e sua oposição à lógica do capital. As principais categorias utilizadas nesta análise são o trabalho, produção associada, autogestão, consumo, comercialização, educação. Também se utiliza de elementos da pesquisa participante como instrumento de pesquisa e inserção na comunidade, observando, dialogando, entrevistando e participando de sua cotidianidade, pesquisa esta fundamentada por autores como Brandão (2006) e Brandão e Borges (2007). Para obter as informações necessárias foram realizadas entrevistas (ao todo entrevistamos dez moradores e moradoras da comunidade), observação do cotidiano, fotos, vídeos, diálogos, seminários, oficinas, palestras. Assim, estão presentes neste texto trechos de falas dos sujeitos, obtidas através das entrevistas em questionários semi-estruturados, realizadas no período de Junho a Dezembro de 2019.

Para a realização desta pesquisa seguiu-se os procedimentos éticos apresentados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), expressos nas resoluções 466/2012 e 510/2016. Sendo assim, esta pesquisa só teve início após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade federal de Mato Grosso (UFMT) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

1 Produção associada nas comunidades tradicionais camponesas: sujeitos de novo tipo em uma sociedade de novo tipo

No campo da região da baixada cuiabana⁴, no estado de Mato Grosso, a organização fundiária muito comum entre os camponeses e camponesas é em comunidades tradicionais, oriundas de antigas sesmarias, como exemplo, a comunidade São Manoel do Pari, antiga sesmaria Pary-Aguassú.

No Brasil, um grande número de famílias camponesas acessa a terra de vida e de trabalho por meio de acampamentos, passando à categoria de assentados. As comunidades tradicionais em geral não passam por tal processo, tendo com a terra um vínculo de ancestralidade: como seus próprios moradores dizem, ‘sempre moramos aqui’; ‘parece que brotamos desta terra’.

Segundo Diegues (1996, p.88) as comunidades tradicionais possuem as seguintes características:

- a) dependência e até simbiose com a natureza;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos [...] transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações;
- e) importância das atividades de subsistência;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar doméstica ou comunal e às gerações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

⁴ Esta região é composta por 14 municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.

- h) tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente;
- i) fraco poder político;
- j) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Todas estas características estão presentes nas comunidades tradicionais da baixada cuiabana, ainda que em níveis diferentes. Uma terra que é terra-trabalho torna-se um lugar simbólico de construção da identidade. Esta identificação com a terra é profundamente substancial à própria identificação enquanto camponeses e camponesas que produzem e reproduzem a sua existência nesse território: trabalhando, consumindo, comercializando, celebrando, rezando, festando, estudando.

Segundo Castells (1999, p.22), “entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo”. Ou seja, esta identificação com o território é a fonte da produção imaterial (significados, saberes, valores, representação de mundo) e da produção material (experiência, trabalho familiar e associado) da vida.⁵

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma população (SANTOS, 2001, p.96-97).

Esta definição de Milton Santos sobre território dialoga com a vivência, pertença e construção do espaço nas comunidades tradicionais que são, simultaneamente, uma terra-trabalho,

⁵ Tais elementos constituem o que aqui entendemos por “Produção ampliada da vida”, vivenciada nos territórios.

terra-consumo, terra-moradia, terra-sagrado, terra-saber, terra-lazer; e não o sentido que a lógica do capital determina à terra, isto é, enquanto terra-mercadoria.

Assim são as diversas comunidades tradicionais da baixada cuiabana, como: Cachoeirinha, São Manoel do Pari, Buriti do Atalho; Aguaçu-Monjolo, Buriti Grande, Chico Leite, Carrapatinho, Brumado, Aterrado, União, Serragem, Campinas, Quilombo Mata Cavalo - Mutuca, Cristal, Céu Azul, Cascavel, Córrego Seco, Sucuri, Salto do céu, Mutum, Barra do Buriti, Raizama, Minhocal, Ribeirão das Pedras Acima, Mutum Boa Vista, Mato Grosso Velho, Chumbo, Capão Verde, Nossa Senhora da Esperança.

A singularidade destas comunidades não se reduz somente às características levantadas; percebemos que fazem parte da produção ampliada da vida, ainda, valores como a coletividade, solidariedade, valorização dos costumes, dos saberes tradicionais e da experiência e a produção associada e autogestionada.

Nesta última, produção associada e autogestionada, estão presentes: a solidariedade, a coletividade, os saberes, os costumes, a cooperação, a soberania nas decisões. Segundo Tiriba (2008, p.81)

A categoria 'produção associada' está relacionada a associativismo, entendido como um conjunto de práticas sociais informais ou instituídas desenvolvidas por grupos que se organizam em torno dos ideais e objetivos que compartilham. Podendo ser de abrangência local, regional, nacional ou internacional, o associativismo caracteriza-se pela construção de laços sociais calcados na confiança, cooperação e reciprocidade, o que confere aos membros o sentimento de pertencimento ao grupo.

Para Caetano e Neves (2014, p.603), “todas essas características da produção associada fazem com que o trabalho não seja subordinado

ao capital, não seja alienado e nem alienante, não gere mais-valia e possibilita que os envolvidos construam coletivamente uma nova concepção de mundo e de trabalho”. Percebemos tais características como uma forma de resistência da classe trabalhadora, numa busca pela revitalização de sua força de trabalho e de vida, direcionando-a para uma produção que lhes realize enquanto seres humanos.

Contrapondo-se à lógica do modo de produção capitalista, diversas comunidades possuem outras determinações em sua reprodução social material e imaterial: posse e controle, pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, de seus meios de produção, força de trabalho, propriedade fundiária e produtos; renda advinda da comercialização destes produtos; controle e autonomia sobre sua jornada de trabalho, sobre aquilo que irão produzir, sobre quando e como produzirem, sobre quanto e para quem comercializar, ou seja, na produção associada e autogestionada, a classe trabalhadora é quem controla a sua produção material e imaterial da vida e não a classe burguesa, subvertendo e superando assim (mesmo que limitada e contraditoriamente) a lógica do capital.

As famílias das comunidades tradicionais se organizam tanto em trabalhos coletivos nas unidades produtivas familiares quanto em trabalho associado em espaços produtivos coletivos, como são os vários espaços das Associações. Nestes espaços o que prevalecem são a cooperação e solidariedade na utilização da força coletiva de trabalho que tem como objetivo a satisfação das necessidades das respectivas famílias, mantendo, desta maneira um equilíbrio entre o trabalho e o consumo.

Intensifica-se a utilização da força coletiva de trabalho a partir de suas necessidades, nem mais e nem menos. Manter este

equilíbrio é essencial à produção e reprodução da vida destes camponeses e camponesas (PLOEG, 2016; CHAYANOV, 1974), pois ao produzirem uma quantidade maior do que aquilo que possam consumir ou comercializar⁶ pode haver desperdício do produto, e caso produzam uma quantidade abaixo do necessário pode ocasionar a fome ou o prejuízo. Vejamos o que nos diz seu José⁷, morador de uma das comunidades tradicionais:

A melhor sensação está aqui. Aqui temos de tudo. Tem alimento sadio. E o que tem na cidade tem aqui também. Não precisa vender o sítio pra ir pra lá. Se precisa de uma luz, tem; se precisa de uma água fria, tem; se precisa de uma televisão, tem; se precisa de um telefone, tem. Então aqui está melhor que na cidade. Fresco o ar, limpo o ar. Sai pra fora, qualquer hora da noite sai. Quando vamos comer o alimento, come sabendo da onde que veio, nós assim que produziu né. Isso daí não tem preço né. Como diz o modo, não enriqueci, mas graças a Deus não passei fome, tudo tem pra nós e pra quem chegar, tem o que oferecer. (Roda de conversa com seu José, 19/12/2019).

São valores que fundamentam uma visão de mundo como a de seu José, apresentada na entrevista acima: sentir-se completo no campo; ter o alimento não somente como valor de troca, mas como um sadio valor de uso; sentir-se melhor no campo que na cidade; ter segurança; valorizar a natureza; ter consciência sobre o processo de produção

⁶ Diversos produtos são comercializados nas próprias comunidades, nas feiras nas cidades e em encontros promovidos por sindicatos e entidades. Nestes espaços são comercializados frutas, legumes, verduras, raízes e derivados como polpa de frutas, rapadura, melaço, caldo de cana, farinha de banana e mandioca, leite, doces, artesanatos como redes, bolsas, tapetes. Em geral, a intenção desta comercialização é a obtenção de dinheiro para que possam comprar aquilo que não produzem.

⁷ Todos os nomes aqui citados correspondem aos verdadeiros nomes dos sujeitos da pesquisa.

do alimento desde sua gênese até seu consumo; ter consciência e valorização do trabalho; não absolutizar o dinheiro e nem a riqueza.

Para manter esse equilíbrio, além da produção associada, é preciso a vivência de uma produção autogestionada. Tiriba (2008, p.83) define esta autogestão como uma categoria “que encerra a ideia de uma forma de organização social em que os sujeitos têm autonomia e autodeterminação na gestão do trabalho e em todas as instâncias das relações sociais”. O poder de decidir dos camponeses e camponesas no processo produtivo, sobre o que, o como, o para que é uma *conditio sine qua non* em diversas comunidades tradicionais. A autogestão complementa a subversão à lógica do capital presente no trabalho associado ao romper com a divisão no processo produtivo entre o trabalho intelectual (aquele que gerencia a força de trabalho) e o trabalho manual (aquele que concretiza o trabalho), divisão do trabalho esta essencial ao modo de produção capitalista. Juntos, produção associada e autogestionada, determinam a condição de um modo de produção não-capitalista (LUXEMBURG, 1985) à realidade produtiva nestas comunidades.

Estes são os elementos que constituem a identidade destes camponeses e camponesas das diversas comunidades tradicionais da baixada cuiabana: identificação com o território e com a natureza, solidariedade, cooperação, coletividade, autonomia e determinação. É na junção destas experiências que se faz possível a produção ampliada da vida fundamentada em relações saudáveis, não alienáveis ou fetichizantes, no processo de trabalho. Contudo, por vezes, estas experiências são vivenciadas não de maneira homogênea entre os homens e mulheres, pois são muitas vezes impactadas pelos imperativos do patriarcado em sua cultura, trabalho e saberes.

A partir daqui, podemos pensar sobre a possibilidade de reflexão e até mesmo de reconstrução do que aqui chamaremos de relações sociais de sexo, para, além da reflexão sobre sujeitos de novo tipo para uma sociedade de novo tipo, possibilitada pela produção associada, pensarmos relações sociais de sexo de novo tipo, considerando que estas não são intrínsecas ou automaticamente dadas na transformação social das relações nas comunidades em geral.

2 Mulheres camponesas e as relações sociais de sexo de novo tipo

Nesse viés da produção socialmente justa e respeitosa com a terra, com a natureza e com os seres humanos e pelo fortalecimento da produção associada, os povos do campo constroem novas relações sociais, relações mais saudáveis, devendo gerar, assim, relações sociais de sexo pautadas em um novo tipo, que não estejam baseadas na exploração e subordinação do trabalho feminino pelo masculino com finalidade no desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Tal processo pode gerar, para além de novas relações produtivas, relações sociais de sexo baseadas na reciprocidade, contribuindo na construção de modelos de gênero baseados não na exploração do trabalho feminino com fim na expropriação mesma e na possibilidade de aumento de mais-valia, mas em novas percepções sobre o trabalho doméstico, de procriação, sobre a posse do corpo feminino, além de novas concepções sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, pois estarão baseados na solidariedade e na existência plena dos sujeitos.

O campo ainda é o berço do patriarcado, por sua construção sociocultural baseada na tradição e no mandonismo/coronelismo.

Queremos com este texto ressaltar que a produção associada em si não garante que as relações sociais de sexo de novo tipo se constituam entre os sujeitos. É necessária a discussão, reflexão e ressignificação de relações já sedimentadas, que os sujeitos do campo carregam de outras vivências, de outros espaços nos quais se constituíram historicamente (suas famílias, escolas, igreja, e mesmo em movimentos sociais), por isso a importância da autogestão nos espaços produtivos e educativos.

Torna-se necessário criar/reforçar espaços coletivos de ensino-aprendizagem (Associação, espaço de produção, igreja, escola, sindicato) sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres nas comunidades, percebendo-se, mesmo naquilo que é parte de sua tradição, as questões de sexo e gênero que subjagam e inferiorizam a mulher, buscando, em sua plenitude, relações sociais de novo tipo.

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. (SAFFIOTI, 2004, p. 34 e 35)

Compreendemos que o falseamento da realidade, ou antes, sua inversão, favorece a sedimentação da sociedade em bases patriarcais. Então, que tipo de relação/mediação possibilita que tais sujeitos, dadas as condições histórico-sociais apresentadas, protagonizem

lutas e construam resistências, ocupem espaços marcadamente dominados pelo patriarcado? Afirmamos, concordando com Saffioti, que apenas com a superação do sistema hegemônico do capital será possível a construção plena de novas relações sociais de sexo.

Pelo viés da produção associada, autogestionada e agroecológica, observamos uma tensão na negação das relações capitalistas de produção, que pode ser o polo gerador de novas relações sociais de sexo, pautadas, pela resistência que carregam, na reflexão sobre a necessidade de se pensar nos papéis historicamente atribuídos aos sexos, na desigualdade e na violência que o patriarcado lhes impõe, não enquanto homens e mulheres apenas, mas enquanto classe.

Ainda assim, notamos, nas atividades cotidianas dos homens e mulheres em comunidades tradicionais, a presença do patriarcado que quer se fazer invisível. Quando à mulher fica reservado o espaço doméstico, o que se está praticando é a impossibilidade de elas participarem em pé de igualdade com os homens da esfera pública. Isso as afastam, em alguns momentos, dos ciclos de estudos, de reuniões políticas, de sindicatos, de processos de negociações para vendas de produtos, enfim, as tornam reclusas. Em geral, apenas as mais velhas, que já não têm filhos em idade escolar, conseguem se tornar mais ativas nesses espaços. O espaço do lar restringe. O cuidado com os filhos limita. A produção associada, autogestionada e as práticas agroecológicas prescindem uma discussão sobre as relações sociais de sexo, mas é importante apontarmos que as mudanças na esfera do patriarcado não são automáticas em uma sociedade de novo tipo. O patriarcado deve ser combatido sempre. Ele sempre ressurgue, escondido, quase imperceptível, nas relações cotidianas.

3 Agroecologia, soberania alimentar e saúde: pensando a produção agroecológica e de saberes pelo viés da divisão sexual do trabalho

Em comunidades como São Manoel do Pari, a construção e organização dos espaços das unidades produtivas - casa, quintal, roça, pasto - estão carregadas de memória, costumes, experiências, valores e sentimentos, que se relacionam com a satisfação de necessidades materiais e imateriais. Tais espaços se apresentam como uma cultura do vivido; material e simbolicamente os espaços se sedimentam na tradição, o que também se refaz nas práticas, nas vivências, com a aprendizagem que parte das novas demandas e percepções cotidianas. As lavouras temporárias e permanentes, as criações de animais, os artesanatos e a produção de derivados são constituídos e organizados nesses espaços produtivos, tanto para consumo próprio como para a comercialização. Conforme pudemos perceber, tais espaços estão organizados, em geral, da seguinte forma:

- A casa, que, para além do lugar de moradia, descanso, lazer, constitui-se em importante espaço de produção. É ali, por exemplo, que é feita a polpa de acerola, farinha de banana (quando não produzida no espaço coletivo em trabalho associado), doces, furrundum, azeite, queijos, remédios naturais, redes, tapetes, panos de cozinha;

- O quintal (chamado quintal produtivo), onde se costuma plantar árvores frutíferas (manga, laranja, abacate, caju, cará, batata, figo, banana, acerola, limão, mamãozinho), além de milho, mandioca, e uma diversidade enorme legumes e verduras; ali criam-se animais de pequeno e médio porte como galinha caipira e semi-caipira e porco;

- A roça, que em geral produz banana, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, vagem, abobrinha, quiabo, maxixe, côco, laranja, mexerica, mamão, manga;
- E o pasto, em geral emendado à roça, onde se criam animais de grande porte como a vaca (para o leite principalmente), o boi e o cavalo.

Nesses espaços produtivos presentes nas comunidades tradicionais, observamos que o trabalho se organiza conforme uma lógica que se alinha a uma divisão sexual do trabalho. Para Marx (1985), entre as sociedades pré-capitalistas, a divisão entre trabalho feminino e masculino se dava, em geral, em função da reprodução, o que termina por ligar a mulher ao lar e ao meio doméstico. A divisão sexual do trabalho evolui para as relações sociais de sexo, onde a submissão da força de trabalho feminina favorece não apenas aos homens, senão ao próprio capital, e o pacto estabelecido socialmente por meio do patriarcado, dificulta e proíbe o acesso de mulheres a determinados espaços.

Percebemos que há, em níveis diferentes nas comunidades, uma divisão sexual do trabalho bastante marcada. Em cada espaço há uma divisão, que ocorre, segundo as famílias pesquisadas, em função dos costumes, aptidões físicas e das habilidades. No espaço da casa, dona Terezinha, moradora da comunidade, nos conta que prevalecem as mulheres, tanto nas atividades domésticas (cuidado com o lar, preparativos da alimentação para a família) quanto nas atividades produtivas (produção de doces, polpa, remédio, redes etc). Ou seja, nota-se uma ligação das mulheres às atividades relacionadas à esfera da reprodução. Quando perguntados, os moradores afirmam que o trabalho doméstico e aquele ligado ao quintal produtivo

são realizados predominantemente pelas mulheres e que os homens apenas o fazem na ausência destas.

Dona Helena, moradora da comunidade, nos conta: “ah, no quintal é as mulher, bem como lá em casa, o meu quintal ele tem vez ajuda” (Roda de conversa com dona Helena, 07/06/19). O trabalho masculino, quando realizado no espaço doméstico, é visto como uma ajuda. Nota-se, nas conversas, uma percepção de que tal trabalho cabe, quase que naturalmente, às mulheres. Mantém-se o costume no quintal, como na casa, de espaço produtivo feminino. Conforme as mulheres foram criando um espaço produtivo no quintal capaz de gerar um excedente que extrapolou a demanda da alimentação familiar, estas passaram a desenvolver atividades comerciais em espaços considerados produtivos (como feiras e fornecimento para mercados locais). Conforme elas nos contam, antes, tanto a casa quanto o quintal não produziam como hoje. Com o quintal era somente o cuidado, o zelo e no máximo o trabalho de criação de animais de pequeno e médio portes como galinhas e porcos.

A criação de animais é bastante importante para a comunidade, garantindo tanto o consumo direto como o consumo indireto pela comercialização⁸. A galinha e o seu ovo são produtos fáceis de serem vendidos; do porco se utiliza tanto a carne como a banha, para a própria família e para a comercialização, também de venda rápida; já

⁸ Entre esses povos e comunidades tradicionais, podemos dizer que o processo de produção se dá segundo a fórmula Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M), ou seja: produz-se mercadorias na intenção de comprar outras mercadorias que não produzem. Esse movimento, de certa forma, subverte a lógica do capital (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro: D-M-D), onde, com dinheiro compra-se meios de produção e força de trabalho para a produção de mercadorias, as quais, sendo vendidas, transformarão a mais-valia em lucro, obtendo desta forma mais dinheiro que no início do processo. (MARX, 1988)

o gado, em sua maioria vacas leiteiras, é destinado quase que totalmente para a ordenha. Em alguns casos, conforme nos disseram, se precisam de muito dinheiro para um gasto importante, podem vender uma cabeça ou outra. Os animais são quase que totalmente alimentados com a própria produção local familiar ou da vizinhança (por vezes é necessário complementar com alguns produtos comprados em casas agropecuárias).

Já na roça e no pasto, majoritariamente, estão os homens, o que ocorre, segundo estes, a princípio, em função da capacidade física. Apesar disso, há momentos (como quando há grande demanda e intensificação na produção) em que algumas mulheres precisam realizar ali parte do trabalho. Tal fato pode comprovar que a ausência das mulheres no espaço da roça não se dá, de fato, pela sua reduzida capacidade física, o que não é real. O trabalho sazonal na roça demonstra isso. Além disso, o quintal produtivo e as atividades domésticas demandam bastante força física. O mais correto seria dizermos que ao serem afastadas de atividades que demandam trabalho físico, em geral ligadas à esfera pública (em contraposição à esfera privada), as mulheres foram fisicamente enfraquecidas, posto que quase sempre foram privadas de tal aspecto. Se nossas antepassadas podiam executar atividades que demandavam a mesma força física que os homens, estas precisaram, no processo de desenvolvimento das civilizações, ser enfraquecidas para a criação de uma “essência feminina”. Além disso, seu oposto cria uma “essência masculina”, ligada à força e à virilidade. Lembramos que tal processo é histórico e intencional, e serve à sedimentação do patriarcado, fazendo com que pareça natural e biológico⁹. Nos espaços de produção em que ocor-

⁹ Heleieth Saffioti faz tal discussão em “O poder do macho”. (SAFFIOTI, 1987)

rem a produção associada, autogestionada e agroecológica, percebemos uma presença ativa de mulheres. Ali elas participam efetivamente do trabalho coletivo e cooperado e das decisões do processo produtivo.

Diversos princípios da agroecologia são vivenciados, em parte, pelos camponeses e camponesas das comunidades, porém existem limitações e contradições ao fazerem usos de insumos químicos, de agrotóxicos, de queimadas, as quais são ações que diminuem as riquezas da biodiversidade do cerrado e pantanal, desgaste do solo. Estes são ações relacionadas à produção agrícola, contudo há ações, limitadas e contraditórias, relacionadas às questões sociais, políticas, culturais e econômicas: machismo, diminuição ou marginalização da juventude do papel organizativo e decisório da produção da existência, supervalorização do lucro, supervalorização de conhecimentos técnicos e científicos cuja intencionalidade é a expropriação das riquezas da natureza e da força de trabalho.

Todavia, mesmo com estas limitações e contradições, o processo produtivo está, paulatinamente, em transição à agroecologia e não o contrário, isto é, em uma produção em transição ao agro-negócio. As condições históricas que determinam este último são a exploração do ecossistema e a expropriação da força de trabalho, juntamente com a agregação de valor a partir utilização de tecnologias e industrialização dos insumos, sementes e defensivos, adoecendo as pessoas, as relações sociais e o ecossistema. Já na produção agroecológica, além da prioridade de cuidar da natureza e do ser humano, mantendo uma relação saudável, prioriza-se a manutenção de uma produção de alimentos saudáveis, os quais só podem ser obtidos com o solo saudável: “[...] solo decadente está doente, e solo doente somente pode criar plantas deficientes, ou seja, doentes. E plantas

doentes tornam-se produtos e um valor biológico muito baixo, por isso são atacados por tantas pragas e doenças, precisando muitos defensivos” (PRIMAVESI, 2016, p.9).

Prioritariamente, os camponeses produzem o alimento; este alimento, mesmo com todas as limitações e contradições, se caracteriza por ser saudável – o que o opõe ao alimento do agronegócio. Para que seja saudável, é necessário todo um processo produtivo singular, o agroecológico. Para obter e manter este alimento saudável, é importante que não se utilize fertilizantes químicos e nem agrotóxicos, que dão lugar a adubos e fertilizantes orgânicos e caldas agroecológicas. Assim, a produção agroecológica subverte a lógica do capital que em sua produção utiliza o capital industrial, financeiro, científico, tecnológico, enquanto na lógica da produção nas comunidades tradicionais são utilizados o capital ecológico (utilização de matérias brutas e primas da biodiversidade) e os saberes tradicionais e da experiência.

Além dos adubos e fertilizantes orgânicos e caldas agroecológicas, outra característica presente nas comunidades tradicionais é a utilização de semente crioula, o qual para Maicá (2012, p.701) significa: “o material cultivado localmente, geração após geração, o que determina a sua adaptação à comunidade onde está sendo cultivada, pelos camponeses que ali habitam”. As plantas crioulas existentes nas comunidades são milho, banana, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, arroz, entre outras. Novamente a importância, nas comunidades, dos saberes tradicionais, passados de geração em geração.

Assim, um momento bastante importante para as famílias e para o fortalecimento de práticas agroecológicas é a existência da ‘Festa de troca de sementes crioulas’, nos municípios de Nossa

Senhora do Livramento, Jangada e Acorizal. Na troca, há grande predominância feminina, não somente na organização e realização da festa, mas também na troca em si. A troca inclui sementes, mudas, plantas medicinais, força de trabalho e troca dos saberes apreendidos seja por gerações passadas ou pela experiência.

Camponeses e camponesas das comunidades tradicionais sabem da importância de se manter produzindo estas sementes, tanto que se autodenominam guardiãs e guardiões das sementes crioulas. Reconhecem e reafirmam, assim, a importância do controle sobre sua produção, fortalecendo o que se chama de soberania alimentar: “[...] soberania alimentar reside no ‘poder de decidir’: que os agricultores possam decidir o que cultivar, que tenham acesso à terra, à água, às sementes” (ESTEVE, 2017, p.192).

Além de alimentos, os camponeses e camponesas das comunidades tradicionais produzem as plantas medicinais, tais como: camomila, poejo, gota-do-zeca, cafeirana, terramicina, erva cidreira, estomalina, babosa, boldo, erva Santa Maria, cumbaru, aroeira, Chico Macro. Como eles e elas mesmos afirmam: “as ervas medicinais são os nossos melhores remédios”. Na produção de beberagens, garrafadas e chás, as comunidades mobilizam saberes que são ancestrais, ligados à sua percepção de vida e de territorialidade. As raizeiras e raizeiros, junto com as parteiras, benzedadeiras e benzedores, são guardiãs e guardiões de processos ancestrais de curas e de uma relação com a doença que também se opõem àquela construída pela chamada medicina oficial.

Para dona Maria Lina, moradora da comunidade, as plantas medicinais possuem um grande valor, fazendo-a ter sempre em casa:

É um grande valor né. É por causa que a gente tem em casa né. E isso pra mim, eu me emociono muito quando fala de planta medicinal assim né, por causa que a gente tem assim parece um poder divino, de Deus né, assim que a gente corre ali no quintal ou na horta pega uma planta, pega um remédio natural e massa ali e toma. E a gente sabe, tem certeza que é bom (Entrevista com dona Maria Lina, 08/12/19).

Para além do aprendizado acumulado sobre a doença e o remédio que a aplaca, acumulam o saber sobre a identificação e o plantio adequado das ervas. Suas casas e quintais, verdadeiras farmácias populares, estão sempre abertas a acolher e curar. Tal como os alimentos saudáveis e as plantas crioulas, as plantas medicinais são vivências de resistência à lógica do capital que torna a saúde uma determinação econômica de criação de lucros, a partir da comercialização de remédios produzidos industrialmente.

É nesta relação de equilíbrio com a natureza, produzindo e reproduzindo as condições necessárias para a produção da existência no campo que as mulheres se fazem essenciais. Redefinindo o conceito de cuidado (que antes possuía um sentido restrito ao papel estereotipado de mulheres com o cuidado do lar, dos filhos, do marido) pode passar a um sentido político, econômico, social, cultural, produtivo de uma proposta societária alternativa, contrapondo à proposta societária do agronegócio. Esta importância de práticas agroecológicas é apontada por dona Helena:

Olha, nós tamo tentando, tentando é, neste respeito. A gente... teve uma época que a gente tava assim... aprendendo, entendendo que, tipo assim, que a sociedade que vive hoje acabando memo com as terra que pra produzir precisava memo é de, de agredir, de matar, de veneno em cima de veneno. Hoje, assim, não é que já acabou, tem gente que trabalha ainda. Ainda trabalha. Aí assim, depois dessa nossa participação assim nós foi vendo que não tava certo. Aprendendo que não tava certo isso, foi se

vendo assim o desgaste que vem dando a saúde né, o povo morrendo por conta disso aí sim, foi diminuindo mais. Aí, as horta produtiva, os quintal produtivo, as horta aí a gente não põe mais nada disso. Não trabalha mais, assim é livre memo de agrotóxico, de tudo. (Roda de conversa com dona Helena, 07/06/19)

Nessa transição à produção agroecológica outro processo se efetiva: ensino-aprendizagem. A partir de uma educação popular os saberes tradicionais e da experiência fortalecem esta produção agroecológica, associada e autogestionada, o que, por sua vez, fortalece relações saudáveis entre as pessoas e entre estas e a natureza. Isto possibilita a superação das contradições doentias da exploração e expropriação da força de trabalho em geral, e especialmente das mulheres e da natureza, construindo, desta forma, paulatinamente, estruturas de trabalho e educação que superam as condições alienantes do capital e do patriarcado em relação às pessoas e à natureza.

Conclusão

A atual sociedade capitalista se organiza por meio de estruturas, que instituem condições que resultam numa sociedade doentia, adoecendo as relações interpessoais, o solo, a fauna e flora. Saffioti (2004) denomina a atual sociedade de “patriarcal-racista-capitalista”.

No campo, essa condição de adoecimento se faz pela exploração e expropriação da força de trabalho; da exploração e destruição da biodiversidade; do envenenamento dos trabalhadores, consumidores, animais, plantas, solo, água, ar por insumos químicos e agrotóxicos; pela opressão, alienação, exploração e opressão de mulheres no processo de produção ampliada da vida.

Assim, em contraposição a esta determinação histórica de adoecimento, buscamos refletir sobre a produção ampliada da vida nas comunidades tradicionais da baixada cuiabana enquanto possuidoras de condições de superação a esta determinação doentia do capitalismo e patriarcado. A produção associada, autogestionada, agroecológica e de saberes são as singularidades vivenciadas pelos camponeses e camponesas que trazem os princípios que subvertem e superam tais determinações doentias.

Quando os próprios trabalhadores e trabalhadoras controlam sua jornada de trabalho, seus meios de produção, seus produtos, sua comercialização; quando não há a divisão no trabalho sobre quem decide e quem obedece; quando não há a divisão sexual do trabalho, minimizando e marginalizando a participação de mulheres; quando o imperativo da produção é o alimento saudável e não o lucro; quando a produção dos saberes está relacionada à produção ampliada da vida e não à agregação de valor ao produto, percebemos uma subversão e superação presentes na produção associada, autogestionada, agroecológica e de saberes.

Como um dos moradores da comunidade disse, “os nossos valores vêm dos alimentos saudáveis que produzimos”. Este é o processo que as comunidades tradicionais estão vivenciando, paulatinamente, e, mesmo com limites e contradições, nos apresentam outra lógica societária fundamentada na vida, na saúde das pessoas e da natureza.

Bibliografia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK,

Danilo Romeu (orgs.). **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.

_____; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. **Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana**. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 595-613, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/educacaopublica/article/view/1756/1324>. Acesso em: 19 fev. 2016.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 1999.

CHAYANOV, Alexander V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Bueno Aires, Argentina, Ediciones Nueva Vision, 1974.

DIEGUES, A. **O mito da natureza intocada**. AP: Hucitec, 1996.

ESTEVE, Esther V. **O negócio da comida**. Quem controle nossa alimentação? SP: Expressão Popular, 2017.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. SP: Nova cultura, 1985.

MAICÁ, Eitel Dias. Sementes. In: Caldart, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da educação do campo**. SP: Expressão Popular, 2012. Pág. 714-723.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Coleção pensamento crítico. Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 4ª edição

_____. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1 - O processo de produção do capital. Volume 1. RJ: Bertrand, 1988.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. SP: Editora Unesp, 2016.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo**. SP: Expressão Popular, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente)

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. RJ: Record, 2001.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados**: questão de pesquisa. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 1, 69-94, jan./jun. 2008 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795x.2008v26n1p69/9566>.